



BANCO GUANABARA

Relatório da Gestão de Riscos
1º Trimestre **2012**



Sumário

I. Introdução.....	2
I.1 Apresentação.....	2
I.2 Cenário Econômico e Desempenho no Trimestre	2
II. Aspectos Qualitativos da Estrutura de Gestão de Riscos.....	4
II.1 Gestão Integrada de Riscos	4
II.1.1 Objetivo	4
II.1.2 Premissas básicas	4
II.2 Risco de Mercado	6
II.2.1 Objetivo	6
II.2.1 Critério para Carteira de Negociação e Riscos Associados:	6
II.2.3 Ferramentas de Risco de Mercado.....	6
a. VaR:.....	6
b. Testes de Estresse:	7
II.2.4 Comparativo da Carteira de Exposição e VaR – Setembro / Dezembro – 2011.....	7
II.3 Risco de Liquidez.....	8
II.3.1 Objetivo	8
II.4 Risco Operacional	9
II.4.1 Objetivo	9
II.4.2 Plano de Continuidade de Negócios.....	10
a. Plano de Gerenciamento de Crise (PGC)	11
b. Plano de Continuidade Operacional (PCO)	11
c. Plano de Recuperação de Desastres (PRD).....	11
d. Plano de Treinamento	11
II.4.3 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco Operacional.....	11
II.5 Risco de Crédito	12
II.5.1 Objetivo	12
II.5.2 Teste de Stress de Crédito	13
II.5.3 Descrição das Variáveis de Stress de Crédito.....	14
II.5.4 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco de Crédito	14
III. Patrimônio de Referência (PR) e Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	16
III.1 Informações Gerais	16
III.2 Patrimônio de Referência (PR)	17
III.2.1 Metodologia Adotada para Avaliar a Adequação do PR.....	17
III.2.2 Dívidas Subordinadas por Prazo de Vencimento	17
III.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE).....	18
III.3.1 Valor das Parcelas do Patrimônio de Referência Exigido	18
III.3.2 Exposição por Fator de Risco (FPR)	18
IV. Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Crédito.....	19
IV.1 Exposição no Trimestre	19
IV.2 Exposição por Região Geográfica.....	19
IV.3 Exposição por Atividade Econômica	19
IV.4 Exposição dos Dez Maiores Clientes em Relação à Carteira	20
IV.5 Montante de Operações por Faixa de Atrasos	20
IV.6 Fluxo das Operações Levadas a Prejuízo no Trimestre	20
IV.7 Montante de Provisões para Perda	20
V. Considerações Finais.....	21
Lista de Abreviaturas	22



I. Introdução

I.1 Apresentação

Em atendimento a Circular nº 3.477, editada pelo Banco Central do Brasil em 24 de dezembro de 2009, apresentamos a seguir nossas informações relativas à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), referentes ao primeiro trimestre findo em 30 de março de 2012.

I.2 Cenário Econômico e Desempenho no Trimestre

No primeiro trimestre de 2012, verificou-se no cenário mundial a persistência de riscos para a atividade global, seja pelo nível de comércio externo ou mesmo pelos desdobramentos da eventual aversão ao risco. Os níveis de risco relacionados à Europa, aliados a fragilidade de recuperação do consumo das famílias norte-americanas. O Brasil continua a sentir os reflexos da crise europeia, sem a demonstração de uma solução imediata para tal.

A atividade econômica em 2011 foi fruto de ações de políticas implementadas no final de 2010, potencializadas pelo cenário externo. As perspectivas para 2012 apontam para aumento da atividade ao longo do ano. Os índices de confiança dos consumidores e empresários sugerem consistência no processo de retomada do crescimento econômico. Por parte do Governo, o Banco Central do Brasil, continua a sequência de quedas na taxa SELIC, para 9,75% a.a, no fim de março/2012, apontando perspectivas tímidas para o crescimento da atividade econômica.

O Banco Central em fevereiro realizou intervenções no mercado cambial, com intuito de evitar maior valorização do real perante o dólar. A deterioração da balança comercial é compensada integralmente pelo fluxo de IED (Investimento Externo Direto), sendo refletida na taxa cambial. Tais medidas sugerem intenção do governo em continuar desvalorizando sua moeda, a fim de proteger o setor de exportação e conseqüentemente a balança comercial.



No mercado doméstico de crédito, o aumento nos índices de inadimplências tem provocado maior prudência no mercado bancário para concessão de novos créditos, realizando análises de crédito mais criteriosas. A inadimplência para pessoa física foi de 7,4% e para pessoa jurídica 4,1% em março/2012. O aumento da inadimplência do consumidor e o crédito para empresas ainda com juros elevados pressionaram a inadimplência.

No âmbito de política fiscal, o governo apresentou continuidade com a política adotada em 2011, em conformidade com a moderação no ritmo de expansão dos gastos públicos. O desempenho fiscal observado e esperado, além de possibilitar a redução do endividamento e do déficit nominal em relação ao PIB, melhora a percepção de risco do país e contribui para assegurar a estabilidade de preços.

De acordo com o cenário apresentado, o Banco Guanabara S/A apresentou resultados que refletem os dados apresentados pela economia brasileira no trimestre. A análise da concessão de crédito foi mais criteriosa, adotando uma postura conservadora face aos riscos apresentados pelo cenário interno.



II. Aspectos Qualitativos da Estrutura de Gestão de Riscos

II.1 Gestão Integrada de Riscos

II.1.1 Objetivo

O processo de gestão de riscos no Banco Guanabara tem por objetivo sistematizar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos incorridos na atividade bancária, visando maximizar os retornos de seus acionistas, com redução da volatilidade nos resultados, contando, para isso, com controles internos mais eficazes e racionalização dos processos e recursos disponíveis. A competitividade existente no setor obriga as instituições a desenvolverem processos mais eficazes, com rígidos controles internos, capazes de adequar os níveis de risco aos resultados desejados. Esse gerenciamento é de fundamental importância para o alcance dos objetivos e metas de nossa instituição, garantindo a continuidade normal de suas atividades, oferecendo segurança aos acionistas, subsidiando o processo decisório e proporcionando o retorno desejado nas operações, produtos e serviços do banco, contribuindo ainda para permitir a otimização da relação risco/retorno no Banco Guanabara.

Os riscos que fazem parte da gestão integrada do Banco Guanabara são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado e
- Risco Operacional.

II.1.2 Premissas básicas

Objetivando a mitigação dos riscos a que o banco está exposto em função de suas atividades, operações, produtos e serviços, destacam-se as seguintes premissas básicas:

- O Banco Guanabara não possui investimento em títulos de renda variável – carteira de ações, nem tampouco realiza operações nos mercados futuro, de opções ou a termo desses ativos;



- O Banco Guanabara não realiza operações nos mercados à vista e futuro de moedas e commodities, nem tão pouco, assume posições especulativas nesses ativos ou derivativos;
- O Banco Guanabara não arbitra posições nos mercados futuros de juros;
- O Banco não realiza operações com ouro, tanto no mercado à vista, quanto no mercado futuro ou termo;
- O Banco não administra recursos de terceiros através de fundos de investimento, clubes ou carteiras;
- O Banco não realiza operações de “tesouraria”;
- O Banco não realiza operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, destinados à revenda, a obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou arbitragem, classificadas na carteira de negociação (*trading book*);
- As aplicações em títulos públicos ou privados são carregadas com recursos líquidos próprios da instituição. As captações através de CDB - Certificados de Depósitos Bancários são realizadas em sua grande maioria junto aos acionistas e empresas ligadas ao grupo Guanabara;
- As operações de crédito a serem contratadas, em função de seu valor podem ser “hedgeadas” por operações de *Swap* de indexador, com prazos e valores compatíveis, de acordo com as determinações do Comitê de Investimentos;
- O Banco respeita e monitora continuamente os limites de concentração e diversificação determinados pelo Banco Central do Brasil.

II.2 Risco de Mercado

II.2.1 Objetivo

O Banco Guanabara tem como objetivo a gestão desse risco otimizando a relação risco-retorno através de modelos terceirizados, amplamente testados. As ferramentas e parâmetros utilizados nessa abordagem levam em consideração, entre outros fatores, a diversificação de riscos e limites máximos de exposição. Para tal é enfatizado a análise do seguinte risco:

- Risco de taxa de juros – o risco de taxas de juros refere-se ao nível de exposição da situação financeira de uma instituição a movimentações das taxas de juros, que sejam contrárias as suas posições. Esse tipo de risco pode afetar não apenas os resultados das instituições financeiras, bem como valor econômico de seus ativos, passivos e instrumentos não constantes do balanço. A despeito de ser o risco de taxa de juros normal à atividade bancária, seu excesso pode ameaçar, consideravelmente, os ganhos e a base de capital de uma instituição financeira. As formas mais comuns de risco de taxas de juros a que as instituições financeiras estão tipicamente expostas são as exposições a riscos de mercado e são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. Títulos, derivativos, empréstimos e financiamentos devem ser analisados tanto de maneira individual como consolidada.

II.2.1 Critério para Carteira de Negociação e Riscos Associados:

O Banco não realiza quaisquer operações que devam ser classificadas na Carteira de Negociação (*trading book*), conforme estabelecido pelo BACEN através da Resolução n.º 3.464/07.

II.2.3 Ferramentas de Risco de Mercado

a. VaR:

Emprega-se a metodologia do "valor em risco" (*value at risk*), ou VaR, para avaliar os riscos das operações classificadas fora da carteira de negociação (*banking book* – parcela R_{BAN}). O VaR é definido basicamente como o prejuízo potencial no transcorrer de um determinado horizonte de tempo, em virtude de movimentos de mercado regulares e adversos, baseando-se em análise de



probabilidades. O modelo de risco utiliza um nível de confiança de 99% (2,33 desvios padrões) e o horizonte de tempo de 1 dia para calcular o VaR diariamente. A análise captura os ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos.

b. Testes de Estresse:

O teste de estresse é parte integrante da gestão de riscos do Banco Guanabara. Cenários de manutenção, rápida deterioração e melhoria das condições do mercado são realizados e revisados mensalmente. Além disso, sempre que se prevêem eventos políticos ou econômicos que podem afetar o mercado financeiro, novos cenários são gerados e as posições são reavaliadas para entendimento dos impactos para o banco. O uso dessas ferramentas resulta na emissão periódica de relatórios e posições assumidas pelo banco.

II.2.4 Comparativo da Carteira de Exposição e VaR – Dezembro / Março

Carteira	Dezembro/2011		Março/2012	
	Exposto	VAR	Exposto	VAR
Total Geral	R\$ 510.581.290	R\$ 101.421	R\$ 514.164.481	R\$ 108.000

O Banco Guanabara procede ao constante gerenciamento do risco de mercado a que está exposto, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, mitigando e controlando os riscos associados.

Não houve por parte do Banco Central do Brasil, no primeiro trimestre de 2012, nenhuma restrição ou limites para nossas operações.

A estrutura do Banco Guanabara para o gerenciamento do risco de mercado é compatível com a natureza de nossas operações, respectiva complexidade e exposição ao risco. Calculamos diariamente o VaR (*Value at Risk*), através de sistema específico para o gerenciamento deste risco, contratado junto à empresa de grande reputação no mercado.

O Banco Guanabara atua de forma conservadora em relação à exposição a esse risco e o seu Patrimônio de Referência está enquadrado nos limites legais.

Não houve exposição relevante nem variações significativas sobre a posição do capital próprio do Banco Guanabara, estando o risco de mercado sob controle.

II.3 Risco de Liquidez

II.3.1 Objetivo

Objetivando o gerenciamento adequado da exposição ao risco de liquidez, e em observância às normas consignadas na Resolução n.º 2.804, de 21/12/2000, do CMN, o Banco Guanabara administra seu fluxo de caixa, com vistas a mensurar exposições ao risco de liquidez, através de um sistema informatizado, terceirizado de um fornecedor de grande reputação e experiência no mercado, o qual está em linha com as exigências da pré-falada resolução, bem como, com as determinações emanadas do Conselho de Administração, observando ainda a:

- Existência de sistema gerencial para a confecção dos fluxos de caixas considerando todos os investimentos, captações e crédito;
- Existência de padrões mínimos de liquidez, pré-estabelecidos pelo Comitê de Riscos;
- Existência de balanço de ativos, passivos, moedas, com prazos, taxas, etc.;
- Existência de modelos para avaliação de liquidez dos produtos das carteiras;
- Realização de testes de estresse e cenários.

Para confecção do fluxo de caixa, o banco conta com um sistema onde os dados são importados através de arquivos gerados pelos sistemas legados, considerando todos os investimentos, captações e operações de crédito.

O risco de liquidez da instituição está sob controle. A instituição apresenta um alto colchão de liquidez, na ordem de R\$ 366.001 milhões, aplicados em Operações Compromissadas, que proporciona honrar seus compromissos seja para resgates de aplicações financeiras (CDB), ou para cumprir a sua programação de liberações de novas operações.

II.4 Risco Operacional

II.4.1 Objetivo

A Política de Risco Operacional (RO), do Banco Guanabara tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e implementação de uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, e disseminação da cultura de controles internos e de gestão desse risco, em todos os níveis hierárquicos da instituição. Estabelecendo ainda atribuições e responsabilidades para cumprimento dos objetivos e metas traçados pela alta administração.

O gerenciamento de risco operacional está estruturado para:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional;
- Documentar e armazenar as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaborar relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realizar testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaborar e disseminar a política de gerenciamento de risco operacional em todos os níveis hierárquicos da instituição, estabelecendo papéis e responsabilidades, inclusive para os prestadores de serviços terceirizados;
- Assegurar condições de continuidade normal das atividades para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementar, manter e divulgar o processo estruturado de comunicação e informação.



II.4.2 Plano de Continuidade de Negócios

O objetivo é garantir a continuidade do negócio através de processos escritos e representados graficamente, para dar suporte ao Banco Guanabara em caso ocorra alguma falha nos sistemas gerencias ou nas instalações gestoras. Através de ações preventivas visamos prover a empresa de procedimentos, controles, responsabilidades e regras, e assim garantir na íntegra a continuidade das operações.

O PCN é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas pela organização para atender a eventual emergência e contém informações detalhadas sobre as ações a serem desenvolvidas na área de gestão de recursos.

É um documento que tem por objetivo informar, treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

Abordaremos aqui dois aspectos diferentes sobre o PCN. O primeiro está vinculado à recuperação de dados em caso de desastres, focado na recuperação de informações armazenadas em software e equipamentos eletrônicos. O segundo explanará como é possível diagnosticar os eventos que podem afetar o funcionamento de uma organização e estabelecer alternativas para que as operações não sejam interrompidas.

É estabelecida neste documento a criação de um único plano contendo uma sequência de ações contra cada ameaça considerada em cada um dos processos do negócio, definindo em detalhes os procedimentos a serem executados em estado de contingência, que são:

- Plano de Gerenciamento de Crise (PGC);
- Plano de Continuidade Operacional (PCO);
- Plano de Recuperação de Desastres (PRD);
- Plano de Treinamento.

**a. Plano de Gerenciamento de Crise (PGC)**

O PGC define as responsabilidades de cada membro da equipe envolvida com o acionamento da contingência e os procedimentos a serem executados para retornar a normalidade.

b. Plano de Continuidade Operacional (PCO)

O PCO visa definir um plano de recuperação e restauração das funcionalidades dos ativos afetados que suportam os processos do negócio.

c. Plano de Recuperação de Desastres (PRD)

O PRD recupera e restaura as funcionalidades restabelecendo o ambiente e as condições originais de operação.

d. Plano de Treinamento

O Plano de Treinamento tem como objetivo propiciar aos funcionários, através de simulações de cenários de exposição de riscos, estarem aptos para procederem às orientações.

II.4.3 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco Operacional

A abordagem de cálculo de capital para risco operacional utilizada pelo Banco Guanabara é a metodologia indicador básico (BIA – *Basic Indicator Approach*).

O método do indicador básico determina que a instituição possua capital para o risco operacional equivalente a uma porcentagem de 15% (denominada alfa) sobre o valor da média anual do resultado bruto positivo dos três anos precedentes. Esta metodologia parte do princípio de quanto maior o resultado bruto de uma transação, maior será o seu risco operacional e, portanto, propõem a utilização de um fator que corresponde a 15% do resultado bruto médio dos últimos três anos como o valor a ser alocado para cobertura de risco operacional.



II.5 Risco de Crédito

II.5.1 Objetivo

A gestão do risco de crédito do Banco Guanabara tem como objetivo atender o disposto na Resolução n.º 3.721, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de abril de 2009, que determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das instituições.

Em linha com as recomendações do acordo de Basiléia II e observadas às melhores práticas de gestão de risco, nossa política objetiva a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito, através de monitoramento integrado e contínuo desse risco, buscando garantir a integridade e a qualidade dos ativos do banco, adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) aos riscos assumidos, níveis adequados de risco e controle e previsibilidade de perdas, contribuindo para o equilíbrio do lucro da instituição e para a consecução dos objetivos e metas pré-estabelecidos.

O Banco Guanabara estabelece sua política de crédito com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico e está amparado em procedimentos de análise desenvolvidos pela sua experiência e tradição. A aprovação do crédito segue a Política da Gestão do Risco de Crédito onde são estabelecidas as alçadas competentes, procedimentos e metodologias, formando um sistema eficiente e eficaz, capaz de mapear, identificar, controlar e mitigar o risco relativo à probabilidade do não pagamento pelo tomador ou da contraparte.

O Banco conta com um sistema de gestão de risco de crédito que torna possível medir o valor da perda esperada para a carteira de crédito. O sistema utiliza a metodologia *Credit Risk* com simulações Monte Carlo, análise descritiva e análise paramétrica para estimar o *Credit VAR* baseado nas variáveis de *Probability of Default* (PD) e *Loss Given Default* (LGD).

Para uma melhor compreensão de nossa política e da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, faz-se necessário destacar que:

- O Banco Guanabara é uma instituição tradicional em seu nicho de mercado, com perfil conservador, atuando como braço financeiro do grupo Guanabara, focando principalmente em operações de crédito com garantias;
- As operações estão segmentadas uma parte para transporte rodoviário, atuando no fomento àquele setor através de financiamento de veículos novos e usados, contando com a garantia dos bens financiados; e no outro segmento são operações de crédito de *Middle Market* onde possuem, na sua essência, direitos creditórios como garantia;
- O banco não realiza operações de crédito ou investimentos em títulos, valores mobiliários ou instrumentos financeiros derivativos em outros países. Portanto, não se expõe ao Risco País, nos termos definido pelo BACEN;
- O banco não realiza suas operações de crédito através de intermediadores ou de convênios. Portanto, não se expõe ao risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- O banco não realiza quaisquer operações que devam ser classificadas na carteira de negociação (*trading book*), conforme estabelecido pelo BACEN através da Resolução n.º 3.464/07.

II.5.2 Teste de Stress de Crédito

Em cenários de stress, através de um estudo do Banco Central Alemão (Bundesbank), foi criado um conjunto padronizado de nove alternativas que é adotado internacionalmente, aonde são realizados choques nos parâmetros de PD e LGD.

Além dos cenários padronizados de *stress*, são analisadas outras condições específicas cobrindo choques segmentados por diversas visões tais como: setor econômico, localização geográfica, entre outros.



II.5.3 Descrição das Variáveis de Stress de Crédito

Probability of Default (PD): Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva PD calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) *Stress 1* (agravamento da PD em 30%); (iii) *Stress 2* (agravamento da PD em 60%).

Loss Given Default (LGD): Cada ativo de crédito (ou conjunto homogêneo de ativos de crédito) tem a respectiva LGD associada às garantias, calibrada em função de seu comportamento histórico ajustado às perspectivas de cenário econômico futuro em 03 (três) possibilidades: (i) Cenário Normal; (ii) *Stress 1* (agravamento do LGD acrescido de 5%); (iii) *Stress 2* (agravamento do LGD acrescido de 10%).

II.5.4 Mensuração e Cálculo do Capital para Risco de Crédito

A parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco (P_{EPR}) deve ser no mínimo, igual ao resultado da seguinte fórmula:

$$P_{EPR} = F \times EPR,$$

Onde:

$$F = 0,11$$

EPR = somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco (FPR).

Para a apuração do EPR, considera-se exposição:

- A aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrados no ativo;
- O compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;



- A prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, incluindo o derivativo de crédito em que a instituição atue como receptora do risco;

- O ganho potencial futuro, decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de swap, operações a termo e posições compradas em opções;

Seguindo as recomendações de Basiléia II, as contrapartes são identificadas por faixas de ponderação de risco, que são definidas pela Circular n.º 3.360/2007 e suas respectivas atualizações.

Por determinação a critério do Banco Central, um valor adicional pode ser acrescido ao fator F. Desta maneira, o valor total da parcela P_{EPR} seria igual à parcela P_{EPR} antes do adicional do fator F mais o valor adicional do fator F.



III. Patrimônio de Referência (PR) e Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

III.1 Informações Gerais

Para cálculo e monitoramento do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), a instituição dispõe de um sistema informatizado específico para a gestão e controle da alocação de capitais, em função da exposição aos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez a que o banco está exposto em função de suas atividades, operações, produtos e serviços.

Não existem instrumentos híbridos de capital e dívida compondo o Nível I do Patrimônio de Referência.

O Patrimônio de Referência Nível II é composto pela dívida subordinada e seu vencimento será em 13/04/2015 (CDBS) e 18/02/2016 (LFS).

Não existem ativos registrados na carteira de negociação (*trading book*). A instituição calcula o valor em risco (*Value at Risk – VaR*) para os ativos registrados fora da carteira de negociação (*banking book*), diariamente, adotando um intervalo de confiança de 99%. Para fins de exigência de capital é levado em consideração que a instituição levará dez dias para se desfazer de suas posições, para o mês de março o valor da parcela R_{BAN} foi de R\$ 337 mil.

Utilizamos a metodologia básica para alocação de capital para cobertura do risco operacional (P_{OPR}), baseado na média de 15% sobre o resultado operacional dos últimos exercícios aonde chegamos ao valor de R\$ 7.658 milhões.



III.2 Patrimônio de Referência (PR)

III.2.1 Metodologia Adotada para Avaliar a Adequação do PR

O Patrimônio de Referência é calculado a partir da soma do PR Nível I e PR Nível II, menos as deduções previstas nos artigos 3º, 4º e 5º da Resolução n.º 3.444/07 conforme tabela abaixo:

Contas	Dezembro / 2011	Março / 2012
Patrimônio de Referência (PR)	171.921.760,95	170.795.432,72
Patr. Ref. Nível I	134.008.265,37	134.203.335,05
Patr. Líquido	134.037.451,65	134.037.451,65
Contas Result. Credoras	0,00	49.285.831,29
Contas Result. Devedoras	0,00	(49.100.193,70)
Ativo Permanente Diferido	(29.186,28)	(19.754,19)
Patr. Ref. Nível II	37.913.495,58	36.592.097,67
Dívida Subordinada (CDBS/LFS)	37.913.495,58	36.592.097,67

III.2.2 Dívidas Subordinadas por Prazo de Vencimento

Vencimento	Dezembro/2011	Março/2012
Entre 4 e 5 Anos	37.913.495,58	0,00
Entre 3 e 4 Anos	0,00	36.592.097,67
Tota Geral	37.913.495,58	36.592.097,67

III.3 Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

III.3.1 Valor das Parcelas do Patrimônio de Referência Exigido

De acordo com as normas da Resolução n.º 3.490/07, o Patrimônio de Referência Exigido é calculado a partir da soma das seguintes parcelas:

$$PRE = P_{EPR} + P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS} + P_{OPR}$$

Contas	Dezembro / 2011	Março / 2012
Índice de Basilea	26,70%	27,07%
Patrimônio de Referência (PR)	171.921.760,95	170.795.432,72
Patrimônio de Referência Nível I	134.008.265,37	134.203.335,05
Patrimônio de Referência Nível II	37.913.495,58	36.592.097,67
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	70.816.066,12	69.392.373,33
P_{EPR}	63.296.253,87	61.734.869,91
P_{OPR}	7.519.812,25	7.657.503,42
R_{BAN}	321.727,30	337.338,19
Limite ($PRE + R_{BAN}$)	71.137.793,42	69.729.711,52
Margem ($PR - PRE - R_{BAN}$)	100.783.967,53	101.065.721,20
Índice de Imobilização	1,52%	1,58%
Limite	85.922.945,10	85.359.780,98
Situação	2.605.359,31	2.692.369,47
Margem	83.317.585,79	82.667.411,52

III.3.2 Exposição por Fator de Risco (FPR)

Exposições por FPR	30/12/2011	30/03/2012
	EPR	EPR
20%	0,00	0,00
50%	1.670.620,00	1.670.620,00
100%	573.493.761,93	559.267.794,15
150%	256.107,68	287.675,93
Total Geral	575.420.489,61	561.226.090,08



IV. Aspectos Quantitativos das Exposições ao Risco de Crédito

IV.1 Exposição no Trimestre

Exposições	1º Trim/2012
	EPR
Janeiro	583.234.997,76
Fevereiro	583.342.215,53
Março	561.226.090,08
Média no Trimestre	575.934.434,46

IV.2 Exposição por Região Geográfica

Região Geográfica	Dezembro / 2011	Março/2012
	Total (R\$)	Total (R\$)
Centro Oeste	10.436.227,04	13.940.082,60
Nordeste	221.207.760,63	207.617.579,78
Norte	15.315.261,15	24.962.797,40
Sudeste	292.268.798,01	290.287.294,65
Sul	36.192.442,78	24.418.335,65
Total geral	575.420.489,61	561.226.090,08

IV.3 Exposição por Atividade Econômica

Atividade Econômica	Dezembro / 2011	Março/2012
	Total (R\$)	Total (R\$)
Comércio	96.925.098,51	84.516.681,97
Indústria	66.469.125,83	53.605.494,24
Intermediários Financeiros	914.701,25	904.409,67
Outros Serviços	399.066.177,33	411.036.807,21
Pessoas Físicas	12.045.386,69	11.162.696,99
Total Geral	575.420.489,61	561.226.090,08

**IV.4 Exposição dos Dez Maiores Clientes em Relação à Carteira**

	Dezembro / 2011	Março/2012
Exposição (R\$)	95.634.342,66	106.020.095,01
% em relação a carteira	16,53%	18,82%
Carteira de Crédito	578.426.609,17	563.475.545,62
Média de participação p/ cliente	1,65%	1,88%
Participação do cliente com maior exposição	2,59%	2,67%

IV.5 Montante de Operações por Faixa de Atrasos

Atrasos	Dezembro / 2011	Março/2012
	Saldo Atraso	Saldo Atraso
Até 60 dias	3.753.158,26	5.776.254,83
Entre 61 e 90 dias	503.755,61	2.223.840,74
Entre 91 e 180 dias	758.212,23	2.698.054,92
Acima de 180 dias	1.947.320,97	1.328.086,44
Total	6.962.447,07	12.026.236,93

IV.6 Fluxo das Operações Levadas a Prejuízo no Trimestre

Levado a Prejuízo	4º Trim/2011	1º Trim/2012
	1.059.340,98	1.454.542,11

IV.7 Montante de Provisões para Perda

	Dezembro / 2011	Março/2012
Provisão	17.997.150,83	23.660.803,55



V. Considerações Finais

O Banco Guanabara procede ao constante gerenciamento do risco de crédito a que está exposto, identificando, avaliando, monitorando e controlando os riscos associados.

Não houve por parte do Banco Central do Brasil, no primeiro trimestre de 2012, nenhuma restrição ou limites para nossas operações.

A estrutura do Banco Guanabara para o gerenciamento do risco de crédito é compatível com a natureza de nossas operações, respectiva complexidade e exposição ao risco. O Banco Guanabara atua de forma conservadora em relação a este tipo de risco e o seu Patrimônio de Referência está enquadrado nos limites legais.

A unidade executora da atividade de auditoria interna é terceirizada, segregada e não há sobreposição de funções.

O Banco Guanabara continuará com a manutenção do procedimento de alternativas com cenários menos favoráveis (testes de estresse).

A Diretoria e o Conselho de Administração, mantém a aprovação e revisão, anualmente, da Política da Gestão do Risco de Crédito, ajustando-a quando cabível.

Não houve exposição relevante nem variações significativas sobre a posição do capital próprio do Banco Guanabara, estando o risco de crédito sob controle.

Rio de Janeiro, 30 de Março de 2012

José Roberto Reis Prudente

Diretor



Lista de Abreviaturas

■ B

BACEN – Banco Central do Brasil
BIA – *Basic Indicator Approach*

■ C

CDBS - Certificado de Depósito Bancário Subordinado
CDB – Certificado de Depósito Bancário
CMN – Conselho Monetário Nacional

■ E

EPR – Exposição Ponderada pelo Risco

■ F

FPR – Fator de Ponderação de Risco

■ L

LFS – Letra Financeira Subordinada
LGD – *Loss Given Default*

■ P

PRE – Patrimônio de Referência Exigido
PR – Patrimônio de Referência
P_{OPR} – Parcela referente ao risco operacional
P_{EPR} – Parcela referente às exposições ponderadas pelo fator de risco (risco de crédito)
P_{CAM} – Parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial
P_{JUR} – Parcela referente ao risco operacional sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação
P_{COM} – Parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*)
P_{ACS} – Parcela referente ao risco das operações sujeita à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação
PCN – Plano de Continuidade de Negócios
PD – *Probability of Default*
PGC – Plano de Gerenciamento de Crise
PCO – Plano de Continuidade Operacional
PRD – Plano de Recuperação de desastres



■ **R**

R_{BAN} – Capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não-classificadas na carteira de negociação

RO – Risco Operacional

■ **V**

Var – *Value at Risk*